



ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CENTRO DE ATENDIMENTO PROFESSOR SEVERINO LOPES DA SILVA

Artur de Medeiros Queiroz (1); Everton Bedin (2);

- i) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, medeirosqueiroz1991@hotmail.com
- ii) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bedin.everson@gmail.com

Resumo: A pesquisa tem o objetivo de refletir acerca das políticas públicas educacionais, principalmente aquelas voltadas para a Educação Especial, na perspectiva da inclusão, e a atuação das APAEs na busca dos direitos das pessoas com deficiência. Partiu-se de uma experiência do Centro de Atendimento Educacional Especializado Professor Severino Lopes da Silva, da unidade APAE/Caicó, na tentativa de compreender e reconhecer as contribuições que a Instituição tem dado ao processo inclusivo no que se refere ao atendimento educacional especializado. Os resultados revelam que houve um aumento significativo no número de alunos matriculados no período de 1999-2013 em escolas municipais e estaduais. No entanto, ainda tem sido desafiante a inclusão desses alunos na esfera federal, de acordo o Censo Escolar/INEP. Em relação ao atendimento educacional especializado, em salas de recursos multifuncionais, no município de Caicó, verifica-se que as escolas municipais respondem por 8,49%, as escolas estaduais por 15,83% e o Centro de Atendimento Educacional Especializado Professor Severino Lopes da Silva por 52,50% do atendimento educacional especializado. No entanto, 23,18% das pessoas com deficiência, matriculados na escola regular, não são contempladas com o atendimento educacional especializado, evidenciando-se, nesse caso, o não cumprimento de um direito reconhecido pelas políticas públicas brasileiras. Embora tenha tido avanços na prática das políticas educacionais inclusivas, nos últimos anos no Brasil, conclui-se que há um caminho árduo e longo para a transformação de ambientes inclusivos.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado, Educação Inclusiva, APAE.

Introdução

As Políticas Públicas de Educação no Brasil apontam valores como a justiça e equidade social, direitos humanos e cidadania, colocando em destaque a construção da Escola Inclusiva. Diante de tamanho desafio, percebe-se que poucos são os avanços no sistema educacional do país. A formação de professores e gestores continua com lacunas seculares e, por conseguinte, as mazelas da educação permeiam todos os níveis de ensino do país, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

Frente às dificuldades na construção da Escola Inclusiva, principalmente para os excluídos da escolarização, como crianças, jovens e adultos com deficiência, a sociedade se organizou em associações e agremiações filantrópicas, como a Associação



de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, para atender como escola segregadora à demanda que as escolas públicas e privadas se recusavam inserir em suas salas de aula.

Com as novas Políticas Públicas, muitas demandas sociais se transformaram em leis, como, por exemplo, a obrigatoriedade da inclusão de sujeitos com deficiência, desde a Educação Infantil, em escolas públicas e privadas do país. Contudo, as mazelas da educação atravessam séculos e se destacam a partir da formação deficitária dos educadores. Hoje, há uma gama de cursos de formação para professores oferecidos por entidades públicas e privadas, porém a qualidade dessa “formação” é muito inferior aos propósitos da Política Pública de Educação, tão extensivamente ostentada como novo rumo para a educação brasileira (MELLO, 2000).

Diante desse contexto, essa investigação objetiva refletir as políticas públicas de educação à luz dos marcos políticos legais da Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, confrontando com a atuação da unidade de atendimento da APAE, como partícipe do processo de inclusão, na cidade de Caicó, no Estado do Rio Grande do Norte.

Essa pesquisa tem a finalidade de dialogar com a Proposta Política Pedagógica do Centro Educacional Especializado Professor Severino Lopes da Silva. Este Centro se destaca no atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência que, através do Projeto “Vivenciando a Inclusão”, oferece formação contínua aos professores das escolas públicas e particulares de Caicó/RN e outras cidades do Seridó Oriental e Ocidental, os quais trabalham com alunos advindos da APAE/Caicó.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, um estudo de caso com o uso de análise documental sobre artefatos teóricos do Centro de Atendimento Educacional Especializado Professor Severino Lopes da Silva, averiguando as colocações realizadas em registros por família com filhos em condição de deficiência, gestora da APAE/Caicó e a coordenadora pedagógica das escolas regulares.

“O Projeto Águia” – avaliação do público alvo do atendimento especializado das APAEs



A avaliação ainda é um tema muito polêmico para a inserção de crianças e jovens no atendimento especializado das APAEs. Mesmo contando com centros especializados e profissionais de várias áreas do conhecimento, fazer uma anamnese¹ requer tempo, paciência, atenção, observação e registro de tudo que se escuta, se vê e se observa. A APAE/Caicó construiu um projeto que se chama “Projeto Águia”, para nortear as questões da avaliação de seu público alvo.

O referido projeto contempla:

1º PASSO: inicia-se com a identificação das pessoas, pela Assistência Social ou outro profissional, que realmente necessitam da APAE- pessoas portadoras de deficiência já instaladas e pessoas em situação de risco para a ocorrência da deficiência.

2º PASSO: Consiste na entrevista social com a família. Tal entrevista possibilitará o conhecimento do ambiente sócio-familiar da pessoa avaliada, bem como a coleta de dados sobre sua história e fatores que possam ter contribuído para ocorrência das atuais dificuldades.

3º PASSO: Inclui avaliações realizadas por profissionais especializados: pedagogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo e, quando se fizer necessário, avaliações médicas complementares.

4º PASSO: Ocorre mediante reunião dos profissionais, na qual as avaliações são discutidas, sendo estabelecido o diagnóstico e feita a indicação dos apoios necessários.

5º PASSO: No repasse dos resultados à família e à pessoa portadora de deficiência. É importante ressaltar que as informações devem ser repassadas de forma clara e simples, de modo a assegurar que a família e a pessoa portadora de deficiência compreendam o resultado das avaliações e as indicações feitas. (PROJETO ÁGUIA, 2000, p. 26).

Existem ainda os estudos de casos e as avaliações que se repetem quando solicitados por professores, família, escola e ou outros profissionais que assistem ao aluno.

A proposta de AEE do Centro de Atendimento Educacional Especializado “Professor Severino Lopes da Silva” está de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, uma vez que apresenta um novo olhar sobre a educação das pessoas com deficiência inseridas no sistema comum de ensino e reconhece a necessidade de ter um serviço que possa atuar na identificação,

¹ É uma entrevista realizada pelo profissional de saúde ao seu paciente, buscando lembrar todos os fatos que se relacionam com a doença e à pessoa doente, sendo o ponto inicial no diagnóstico.



elaboração e organização de recursos pedagógicos, bem como de acessibilidade para que haja a participação dos alunos, conforme as necessidades específicas.

Nessa perspectiva, o AEE vem complementar e suplementar a formação do aluno para que ele supere as suas dificuldades, principalmente na aprendizagem que tem sido encarada como uma questão problemática para os professores do sistema comum de ensino.

Compreendendo que o cenário da Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, a partir da oferta de tal atendimento, o qual se desenha para Oliveira (2009) como o atendimento educacional especializado, vem sendo avaliado como a principal categoria que proporciona aos alunos com necessidades educacionais especiais a garantia dos direitos não só de se matricular, mas de permanecer assegurando condições de se manter incluído na escola comum, uma vez que é trabalhado de acordo com as suas necessidades específicas.

O atendimento educacional especializado no CAEE professor Severino Lopes da Silva

Antes de qualquer coisa, é dever do CAEE Professor Severino Lopes da Silva acolher alunos matriculados em escolas comuns de ensino regular, que não tenham o AEE realizado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola de ensino regular, bem como registrá-los no Censo Escolar MEC/INEP.

Diante disso, sabe-se que o CAEE Professor Severino da Silva oferece o atendimento educacional especializado nas cidades da Região Seridó Ocidental e Oriental, conveniadas, o que aumenta, sem dúvida, sua demanda, principalmente por ter uma história que deve ser considerada e que determina principalmente a procura da família a esse serviço especializado.

A APAE/Caicó atua assessorando a família na busca de uma melhor qualidade de vida para o seu filho com deficiência, e oferece o atendimento educacional especializado que vem facilitar na aprendizagem e na inclusão social e educacional.

No ano de 2013, a APAE/Caicó acolheu 10 cidades com o atendimento educacional especializado para desenvolver suas atividades, são elas: Cruzeta, Caicó, Serra Negra, São José do Seridó, São João do Sabugi, Ipueira, Ouro Branco, Jucurutu,



Jardim do Seridó e São Fernando. Este dado mostra a importância desse trabalho inclusivo desenvolvido em Caicó, abrangendo a região do Seridó (ver na Tabela 3).

Tabela 3
Alunos matriculados no CAEE Professor Severino Lopes da Silva – Ano 2013

Cidade	Quantidade de alunos matriculados
Cruzeta	14
Caicó	136
Serra Negra do Norte	4
São José do Seridó	2
São João do Sabugi	6
Ipueira	2
Ouro Branco	1
Jucurutu	2
Jardim do Seridó	1
São Fernando	1
Total	169

Fonte do autor

Pode-se observar a quantidade de alunos atendidos das outras cidades, totalizando 33 alunos com deficiência, com ênfase a 14 alunos de Cruzeta, em seguida, São João do Sabugi com 6 alunos, Serra Negra do Norte com 4 alunos, São José do Seridó, Ipueira e Jucurutu com 2 alunos cada e Jardim do Seridó, Ouro Branco e São Fernando com 1 aluno cada. Em Caicó são 136 alunos, totalizando 169 pessoas com deficiência no atendimento educacional especializado do CAEE Professor Severino da Silva².

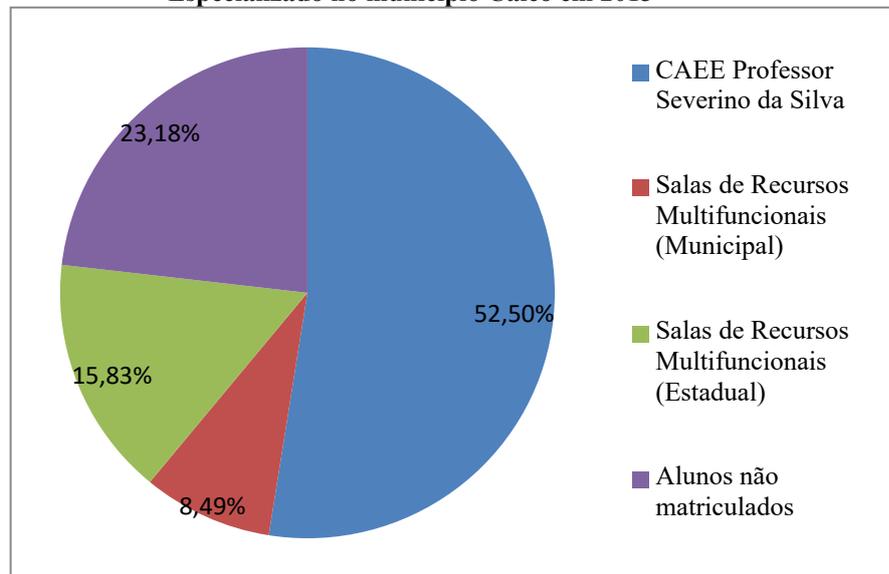
Na sequência, cabe entender a distribuição percentualmente do atendimento educacional especializado no município de Caicó, ofertado pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado, bem como pelas Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas nas esferas estadual e municipal, ausentando-se aqui as esferas federal e particular.

No ano de 2013, o CAEE Professor Severino da Silva atendeu em média 52,50% dos alunos com deficiência, as salas de recursos multifuncionais da dependência estadual foram responsáveis por 15,83% e a esfera municipal ficou com 8,49%. Mas, ainda, 23,18% dos alunos matriculados no ensino regular de ensino não possuem matrículas, nem no CAEE Professor Severino da Silva e nem nas Salas de Recursos Multifuncionais.

² Dados fornecidos pelo Livro de Matrícula.

Analise o gráfico 5 na sequencias para, de fato, compreender melhor estes fatos.

Gráfico 5
Percentual de alunos com deficiência atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado no município Caicó em 2013



Fonte: Os autores, 2015.

Esses dados atestam para o reconhecimento do atendimento educacional especializado do CAEE Professor Severino da Silva por demandar mais da metade dos alunos matriculados no ensino regular, o que comprova a importância do seu papel na inclusão social e educacional.

Por outro lado, mostra ainda passos lentos na implantação de Salas de Recursos Multifuncionais no ensino regular, não se restringindo somente isto. Agrava-se ao saber que 23,18% dos alunos matriculados com deficiência não têm seus direitos atendidos pelo serviço do atendimento educacional especializado. O que nos faz refletir que os sistemas educacionais existentes não são inclusivos, uma vez que não oferecem condições a todos que se enquadram neste serviço.

Quando negada, além de não está assegurando o direito do sujeito, impede que o aluno conheça e aprenda a partir de um espaço diferenciado da escola comum, favorecendo a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar, a fim de que possam ser eliminadas as barreiras excludentes impostas pela deficiência, quando garantido este serviço.



O atendimento educacional especializado do CAEE Professor Severino da Silva adequou-se às especificidades das deficiências englobadas à sala de recursos multifuncional condizentes com a matrícula no Censo Escolar/INEP. Embora se perceba, diante do registro do Livro de Matrícula da própria instituição, algumas deficiências e síndromes que não se adequam à relação especificada pelo Censo, e, ainda, alunos matriculados, não diagnosticados. Abaixo, encontra-se o quadro das deficiências matriculadas e registradas em 2013 (conforme a Tabela 4).

Tabela 4
Número de deficiências e alunos matriculados no CAEE Professor Severino Lopes da Silva no ano de 2013

CATEGORIAS	NÚMERO DE ALUNOS
Múltipla	28
Visual	2
Dificuldade de aprendizagem	8
Auditivo	20
Intelectual	63
Atraso no Desenvolvimento Psicomotor	2
Física	8
Transtorno no Déficit de Atenção com Hiperatividade	9
Autismo	5
Síndrome de Lennox	1
Transtorno emocional	2
Transtorno Global do Desenvolvimento	3
Síndrome de Asperger	1
Síndrome Trico-Dento-Óssea	1
Distúrbio da fala	1
Síndrome de Moébio	1
Distúrbio Comportamental	1
Não diagnosticado	14
TOTAL:	169

Fonte: Os autores, 2015.

Surpreende-se, ainda, ao se deparar com um número significativo de alunos não diagnosticados e, mesmo assim, matriculados no serviço de atendimento educacional especializado, aonde a avaliação inicial vem diagnosticar a possível deficiência da criança. É claro que para ter direito a este serviço é preciso ter um diagnóstico preciso para que se possa agir perante a deficiência apresentada.

Tal acontecimento é uma realidade ainda comum nas escolas. Desse modo, não se pode cair no erro dos professores classificarem os alunos perante uma deficiência, sem diagnóstico prévio. Primeiramente, o pedagogo, e qualquer outro profissional que leciona, não pode fazer um diagnóstico com o intuito de identificar a deficiência do



aluno, pois este tem a capacidade de fazer uma avaliação pedagógica e, para diagnosticar, é preciso profissionais especializados que definam se há ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica.

“Projeto vivenciando a inclusão”: contribuições aos professores do ensino comum

Com base nos pressupostos da Norma Técnica Nº 55/2013/MEC/SECADI/DPEE, que orienta a atuação dos Centros de AEE na perspectiva da educação inclusiva, e que fundamentam as atividades do Centro de Atendimento Educacional Especializado Professor Severino Lopes da Silva, por meio do “Projeto vivenciando a inclusão”, uma de suas ações refere-se ao atendimento aos seus professores do ensino regular, com objetivo construir conhecimentos que possam subsidiar a prática do ensino-aprendizagem com a qual estão comprometidos.

O Centro estabelece redes de apoio à formação docente, ao acesso a serviços e recursos, à inclusão profissional dos alunos, dentre outros, contribuindo na elaboração de estratégias pedagógicas e de acessibilidade, promovendo ações intersetoriais realizadas entre a escola comum e os demais serviços públicos de saúde, assistência social, trabalho e quaisquer outros serviços que sejam demandados.

De acordo com Gomes *et al* (2007) as parcerias podem instigar a escola e os professores a refletirem sobre sua própria atuação, possibilitando renovar a prática tradicional. Corroborando, as palavras da gestora da APAE de Caicó, vem ao encontro, pois remete que o projeto “Vivenciando a Inclusão” surgiu há 16 anos, quando a escola de Tia Gildete recebeu as primeiras crianças com deficiência na cidade de Caicó. A Professora Gildete Henrique de Medeiros procurou os professores que já trabalhavam com crianças com deficiência e, a partir do confronto das experiências dessas pessoas, surgiu a ideia de desenvolver o centro.

O surgimento do projeto se deu principalmente por vir atender a uma demanda nacional de mudança de foco de ação da APAE. Assim, parte do pressuposto do atendimento às necessidades a partir da construção de uma relação sistêmica, a fim de existir diálogo entre os professores do sistema comum e os professores especializados da APAE/Caicó. Hoje, a professora Gildete, mentora do projeto, é presidente da APAE/Caicó-RN.



A APAE/Caicó, vista como uma instituição inclusiva, teve o papel crucial para mobilizar as escolas do município de Caicó, principalmente por ter provocado nos professores da rede municipal um turbilhão de questionamentos quanto às suas práticas no que diz respeito à inclusão escolar, levando a pensar, conjuntamente, tanto nas maneiras e meios de interseccionar com escolas e professores, buscando compreender as condições de ensino dos professores, bem como as condições de aprendizagem dos alunos nessas escolas.

Essa mobilização e parceria com os professores e escolas regulares de ensino caracterizam-se como formação continuada, pois conforme Mantoan (2009), esta é uma forma de estar em constante reflexão com suas práticas pedagógicas, além de proporcionar meios e formas de aprimorá-las.

Conforme Martins (2008), o atendimento às necessidades dos educandos no cotidiano escolar tem sido um dos principais desafios contemporâneos da inclusão nas escolas regulares, pois

Muitos docentes malformados, sem orientação adequada, ainda subestimam esses educandos, interpretam suas dificuldades como falta de capacidade ou de motivação, considerando-os como inaptos para estudar na escola regular e, como consequência, não investem atenção, esforço e tempo em relação à sua educação (MARTINS, 2008, p. 74).

A partir dos marcos legais que decretaram que o aluno com deficiência tem o direito à educação na escola comum, as escolas municipais e estaduais do município de Caicó passaram a receber esses alunos. Desse modo, surgiu a necessidade de ampliar o projeto a partir do crescimento da adesão de professores das escolas municipais e estaduais do município de Caicó, alocando-os em espaços físicos que pudessem comportá-los.

O projeto “Vivenciando a Inclusão” realiza, sempre no primeiro encontro, um levantamento das maiores necessidades que os professores têm, seja de ordem pedagógica, educacional e social, a fim de serem desenvolvidas através de seminários, oficinas, palestras e encontros pedagógicos 2 vezes por semestre, com temas de interesse dos participantes. Estas atividades possuem o intuito de atender às suas dificuldades, angústias, obstáculos e avanços em sala de aula, com alunos com



deficiência intelectual, mental, múltipla, física, auditiva, visual, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos.

A cada encontro, é proposta a temática que possa ser trabalhada no encontro seguinte onde são ministrados pelos profissionais da Instituição ou por profissionais convidados. Posteriormente, há reuniões entre professores do ensino comum e professores do atendimento educacional especializado para que possam discutir as dificuldades e os avanços frente aos seus alunos atendidos pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado Professor Severino Lopes da Silva. Assim, o aluno torna-se o centro das discussões, na existência das dificuldades pedagógica e metodológica dos professores do ensino comum, os mesmos são orientados para a utilização de estratégias de ensino que envolva o aluno com deficiência facilitando a aprendizagem.

As afirmativas da proposta do Projeto “Vivenciado a Inclusão”, quanto aos impactos dessa formação na ação dos professores na escola regular, são percebidas pelas narrativas dos professores do ensino comum seja nos encontros ou quando os mesmos vão até a APAE/Caicó para receberem apoio e orientação. Este fato ocorre quando a escola comum sente dificuldade de trabalhar com as especificidades dos alunos, mas, devido algumas dificuldades, não está sendo desenvolvidos acompanhamentos e/ou visitas da coordenadora pedagógica e da assistente social nas escolas regulares, a fim de verificarem o trabalho pedagógico dos professores, isto não tem sido prioridade na avaliação do projeto.

Mesmo assim, a visão de formação continuada da APAE/Caicó vem contribuir na mudança do agir profissional envolvendo

[...] respectivamente, a apropriação de saberes plurais num sentido mais amplos e saberes disciplinares especializados, com o desenvolvimento de esquemas de percepção, reflexão e ação, com a mobilização de atitudes fundamentadas em saberes e saber-fazer, como base da competência dos profissionais do ensino de um modo geral (FOERSTE, 2005, p. 106).

O referido projeto está organizado por coordenadores (municipal, estadual e da APAE) que se responsabilizam em mobilizar as escolas para liberarem seus professores. No entanto, isto tem sido falho, pois, na prática, há escolas que não liberam seus profissionais devido às atividades que desempenham além da exorbitante ausência de



escolas particulares nos encontros. Este projeto não se restringe somente ao professor, mas estendem-se para os supervisores, coordenadores e diretores de escolas públicas ou privadas de Caicó/RN.

Considerações finais

As atuais políticas educacionais de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva estão consoantes na garantia da construção de ambientes educativos que atendam às necessidades do seu alunado. No entanto, a inclusão desafia as escolas a construírem um projeto político pedagógico que responda realmente às seguintes e importantes indagações: Em qual escola se quer construir? Quem são os nossos alunos? O que é educar? Que ensino e aprendizagem de qualidade se desejam?

Nesse contexto, a política pública educacional, voltada para a formação inicial e continuada de professores, constitui-se um ponto de destaque, pois acredita-se que seja uma das alternativas que possibilitam a aquisição dos conhecimentos necessários sobre as deficiências. Para que os professores possam trabalhar de forma cada vez mais adequada no cotidiano escolar, superando as dificuldades apontadas nesse estudo é pertinente a construção de sistemas de ensino inclusivos com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas. Do mesmo modo, para que atenda, de fato, as necessidades do educando com deficiência, possibilitando-lhe acesso igualitário à aprendizagem e o respeito às suas diferenças.

As práticas exclusivas não têm sido refletidas cotidianamente pelos professores, o que ocasiona situações de vivência desigual frente aos demais e às pessoas com deficiência no ambiente escolar. Além disso, existe a prevalência das barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas que dificultam o exercício pleno dos direitos das pessoas com deficiência nas escolas. Desta maneira, a oportunidade de aprender igualmente não tem sido respeitada.

Espera-se o mínimo de respeito aos direitos à educação e à aprendizagem no ensino regular e no atendimento educacional especializado, pois, embora as salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado, no município de Caicó/RN, ainda estejam em fase incipiente, é necessário inserir todas as pessoas com deficiência nesse serviço complementar e suplementar à escolarização, permitindo um



trabalho específico com as necessidades de cada aluno, atribuindo-lhes condições para sua inserção na escola comum.

Assim, considera-se que as políticas educacionais têm sido construídas para a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, principalmente com a implantação do programa de atendimento educacional especializado, o qual tem revelado práticas e experiências de inclusão.

Referências

BRASIL. **NOTA TÉCNICA Nº 055 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE**. Orientação à atuação dos Centros de AEE, na perspectiva da educação Inclusiva, 2013.

FENAPAE. **Projeto Águia**. Brasília: FENAPAE, 2000.

FOERSTE, Erineu. **Parceria na formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, A. L. L. [et al]. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Mental**. SEESP/SEED/MEC, Brasília: 2007.

MANTOAN, M.; T. E. **O direito à diferença nas escolas – questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências**. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/01/r2.htm>>. Revista do centro de educação de São Paulo. Edição: 2009 – Nº 23. Acesso em 20/abril/2014.

MARTINS, L. de A. R. Política pública e formação docente para atuação com a diversidade. In: MARTINS, L. de A. R.; PIRES, J.; PIRES, G. N. da L.(Orgs.) **Políticas e práticas educacionais inclusivas**. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

MELLO, GUIOMAR NAMO DE. **Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical**. *São Paulo Perspec.* [online]. 2000, vol.14, n.1, pp. 98-110. ISSN 0102-8839.

OLIVEIRA, Fabiana. **O Atendimento Educacional Especializado para pessoas com Deficiência Intelectual**. Pesquisa de Doutorado. Campo Grande/MS. 2009.

Projeto Político Pedagógico do Centro de Atendimento Educacional Especializado Professor Severino Lopes da Silva da unidade da APAE/Caicó, 2011.